

Participação: Partilhando a Responsabilidade

Ana Carvalho (coord.)



"Guimarães noc noc"
© Marisa Cardoso

Acesso Cultura, Associação Cultural



Ficha técnica

Título: Participação: Partilhando a Responsabilidade

Coordenação: Ana Carvalho

Edição: Acesso Cultura, 2016

Revisão de texto: Maria Vlachou

Design: Rui Belo

ISBN: 978-989-20-6617-2

Notas: Os textos que constam nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Todos os textos seguem as regras da antiga ortografia.



Acesso Cultura, Associação Cultural

geral@acessocultura.org

www.acessocultura.org

Agradecimentos

Aos oradores e moderadores da conferência *Meu, Teu, Nosso. Modelos de Projectos Participativos* (12 de Outubro de 2015) que serviu de base a esta publicação: Ana Rita Antunes, Cláudia Almeida, Dóris Couto, Emanuel Sancho, Guilherme d'Oliveira Martins, Inês Fialho Brandão, Inês Rodrigues, Joana Rodrigues, José Paulo Francisco, Lorena Sancho Querol, Manuela d'Oliveira Martins, Maria Miguel Cardoso, Maria Vlachou, Marta Silva, Miguel Sobral Cid, Pedro Ferreira, Pedro Homem de Gouveia e Roberto Falanga. Aos autores que contribuíram com textos e imagens.

À Maria Vlachou, primeiramente pelo bom acolhimento da ideia de organizar esta publicação e, depois, pelo apoio durante a sua edição.

À direcção da Acesso Cultura.



Esta licença permite que faça o *download* deste trabalho e o compartilhe desde que sejam atribuídos os devidos créditos, mas sem que possa alterá-lo de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Índice

1. Introdução: Perspectivas sobre Projectos Participativos nas Instituições Culturais	4
Parte I – Participação: Diversidade de Contextos e Perspectivas	17
2. Património, Herança e Memória	18
3. Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património	29
4. Paisagens da Ilha: Património, Museus e Sustentabilidade	45
5. A Exposição <i>Agô</i> : Relatos sobre uma Experiência de Curadoria Compartilhada	59
6. Marketing Cultural 2.0: A Participação dos Públicos na Estratégia de Comunicação Digital	72
Parte II – Ideias sobre Participação a Partir do Terreno	82
7. Dez Ideias Feitas sobre Participação	83
8. Concertos Participativos com o Coro e Orquestra Gulbenkian	91
9. Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti	95
10. Museu do Traje de São Brás de Alportel	103
11. Comédias do Minho	109
12. Guimarães noc noc	117
13. Arqueologia Participativa	124
Parte III – Consolidando Práticas de Participação	130
14. Roadside Theater, uma Companhia de Teatro para o Desenvolvimento Cultural de uma Comunidade: Entrevista com Jamie Haft	131
15. <i>Our Museum</i> , Promovendo a Mudança nos Museus: Entrevista com Piotr Bienkowski	141
Notas Biográficas dos Autores	151

1.

Introdução: Perspectivas sobre Projectos Participativos nas Instituições Culturais

Ana Carvalho

Actualmente, não é incomum ouvirmos falar de projectos no sector cultural que evidenciam o envolvimento de pessoas, grupos e comunidades. Podemos dizer ainda que a participação parece suscitar o interesse de diferentes entidades (públicas e privadas), de onde resultam iniciativas de natureza muito diversa. “Arte comunitária”, “exposição comunitária”, “teatro comunitário”, “museu comunitário” ou “arqueologia comunitária” são apenas algumas das expressões que têm entrado no nosso léxico e que são sintomáticas da transversalidade do fenómeno.

Os objectivos que levam as instituições a envolverem os públicos e/ou comunidades em diferentes áreas de actuação (programação, curadoria, gestão de espaços, plataformas digitais) são vários e estão, não raras vezes, interligados. Desde logo, a diversificação de públicos, concretizada a partir de projectos específicos que permitam a sua captação e desenvolvimento; a construção partilhada de visões mais complexas e abrangentes de representação da realidade; o potenciar do desenvolvimento individual e colectivo, e o afirmar da cidadania através de um processo de “empoderamento” por via da educação e da cultura; e finalmente, a sustentabilidade. Ir ao encontro dos públicos poderá significar também a construção de uma “família”, ou seja, uma rede de pessoas dispostas a contribuir para garantir a sustentabilidade de um projecto cultural (Vlachou 2013).

Estas são algumas das razões que levam as instituições culturais a assumir um papel mais social, indo ao encontro dos seus públicos e das suas comunidades de proximidade, a implicarem-se em temas que afectam a sociedade contemporânea, a tornarem-se mais relevantes. Neste sentido, forjam-se parcerias com outras organizações, não exclusivamente ligadas à cultura, identificam-se potenciais “comunidades” e grupos, cujo leque vai para além das comunidades de profissionais e de especialistas, nalguns casos elaboram-se projectos especialmente dirigidos a grupos e comunidades em contexto de exclusão social. Não é, por isso, de estranhar a emergência de projectos voltados para fora das instituições culturais, estendendo a sua actuação para escolas, bairros sociais, prisões, lares de terceira idade, lares de acolhimento de crianças e jovens, entre outros, seja em contexto urbano ou rural.

Mas se, por um lado, interpretamos com optimismo o aparecimento de projectos que pontuam por um forte enfoque no envolvimento de públicos, grupos e comunidades, não ignoramos que há um reverso sobre o qual importa reflectir de modo a tornar as acções futuras mais eficazes. Este é, porventura, um dos motivos que levou a Acesso Cultura a escolher os modelos de projectos participativos como um dos temas a merecer uma discussão mais aprofundada no sector cultural. Se é cada vez mais frequente o aparecimento de projectos culturais ditos ‘participativos’, entendemos que tem sido menos frequente a discussão sobre os modelos de participação em si: que níveis de envolvimento? Que expectativas? Que impacto? Como são avaliados? A questão afirma-se necessária: existirão em Portugal projectos intrinsecamente participativos na área cultural, no sentido de uma efectiva partilha de poder e de decisão, ou apenas com elementos participativos? Em que ponto nos encontramos?

Esta publicação resulta, em parte, da conferência *Meu, Teu, Nosso: Modelos de Projectos Participativos* que se realizou no Museu do Oriente, em Lisboa, a 12 de Outubro de 2015. Quisemos ainda ampliar a diversidade de olhares e perspectivas, incorporando outros contributos que

permitted a reflection as broad as possible on the topic in question.

The idea of the theme of the conference was previously developed in the context of one of the informal debates promoted by Acesso Cultura. Intitulado *Projectos Participativos: Partilhando a Responsabilidade* (18 de Junho de 2015, em Lisboa, Porto e São Brás de Alportel), do debate emergiram mais algumas questões que se somaram às de partida.¹ Uma das constatações mais evidentes centrou-se na definição de participação e na confirmação de que o termo evoca diferentes significados conforme o contexto e o enquadramento onde nos situamos, trazendo dificuldades acrescidas para uma reflexão conjunta. Por essa razão, a organização da conferência *Meu, Teu, Nosso: Modelos de Projectos Participativos* propôs como mote para a discussão uma definição, tendo por base a filosofia de trabalho do projecto britânico, *Our Museum: Communities and Museums as Active Partners* (2012-2016), que promove um programa de capacitação em museus com vista ao desenvolvimento de projectos participativos.

'Participação' pode ser um termo confuso. Em relação ao envolvimento da comunidade, significa mais do que 'fazer parte'. É uma maneira de trabalhar em parceria com pessoas de fora da organização para obter um resultado melhor. A participação genuína envolve a partilha de tomada de decisão e de poder; agir e criar juntos; ou apoiar as iniciativas lideradas pela comunidade.

Nesta publicação assumimos à partida o perfil diverso dos contributos, nalguns casos moldados por percursos situados a partir da prática e noutros casos mais alicerçados na teoria, por reconhecermos a vantagem de um enriquecimento mútuo. Do ponto de vista da abrangência geográfica, é notória a centralidade das experiências portuguesas representadas nesta publicação, por se tratar da realidade sobre a qual trabalhamos, mas incluímos também experiências do Brasil e ainda

1 <http://acessocultura.org/encontros/debates/> (consultado em Março 22, 2016).

outros projectos relevantes no contexto internacional, nomeadamente dos Estados Unidos e do Reino Unido.

A primeira parte (*Participação: Diversidade de Contextos e Perspectivas*) reúne cinco textos que oferecem vários olhares e entendimentos sobre os desafios da participação nas instituições culturais.

Guilherme d'Oliveira Martins no texto "Património, Herança e Memória" (cap. 2) sublinha os avanços que têm sido dados ao nível dos instrumentos internacionais relativos à protecção do património cultural que reclamam um maior envolvimento das comunidades, referindo-se em particular à Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, de 2005. Esta questão é retomada por Ana Carvalho e Roberto Falanga no texto seguinte, onde se chama a atenção que, apesar dos contributos dos normativos do Conselho da Europa e da UNESCO na direcção de modelos de protecção do património mais participativos, a sua operacionalização é complexa e tem dado passos tímidos.

Ana Carvalho e Roberto Falanga (cap. 3) analisam o percurso da participação no contexto do aprimoramento dos instrumentos políticos de governação, de onde se destacam mais recentemente os chamados "orçamentos participativos", cruzando depois com a trajectória da participação no campo dos museus e do património. O texto mostra não só a transversalidade que a participação dos cidadãos evoca em muitas áreas da sociedade contemporânea, como também esclarece que esta não é uma questão recente. No campo dos museus, por exemplo, o lastro recua pelo menos à década de 1970.

Segue-se um olhar que vem do Brasil sobre o projecto "Paisagens da Ilha: Património, Museus e Sustentabilidade" (cap. 4), desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí na região do delta do Parnaíba desde 2014. Áurea Pinheiro, Cássia Moura e Ana Rita Antunes descrevem as actividades

desenvolvidas com as comunidades locais em torno da elaboração de um inventário participativo e apresentam o racional para a criação de um futuro museu comunitário. A sua concepção é fundamentada a partir das ideias da nova museologia dos anos 1970, com particular destaque para a Declaração de Santiago do Chile (1972), documento histórico que à época reivindicava uma função social para os museus. Aliás, a Declaração de Santiago do Chile continua a suscitar olhares renovados quer no Brasil (cf. Junior, Trampe e Santos 2012), quer no contexto internacional, nomeadamente através da nova Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (UNESCO 2015), na qual a função social dos museus saiu reforçada.

Um segundo texto do Brasil, “A Exposição Agô: Relatos sobre uma Experiência de Curadoria Compartilhada” (cap. 5), remete-nos para a questão da partilha de autoridade no campo das exposições. A exposição *Agô – Presença Negra em Porto Alegre: Uma Trajetória de Resistência* foi realizada pelos alunos do curso de bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e foi apresentada no museu da universidade em 2015. Pretendia-se representar a história e a cultura da comunidade negra de Porto Alegre, até então omitida dos discursos oficiais. Dóris Couto, que também participou no projecto, descreve o processo de curadoria, cuja investigação implicou a consulta à comunidade, nomeadamente para a validação das escolhas dos curadores, para a recolha de testemunhos e para a cedência de objectos. Se os processos de consulta ao nível da interpretação de colecções e curadoria de exposições estão relativamente institucionalizados nos museus, o mesmo não se pode dizer dos processos que envolvem uma efectiva partilha de decisão e de autoridade, que comportam geralmente maior contestação, tensão e resistência (Alivizatou 2012; Golding e Modest 2013).

André Leal Alves, no texto “Marketing Cultural 2.0: A Participação dos Públicos na Estratégia de Comunicação Digital” (cap. 6), centra-se na

participação do ponto de vista das plataformas digitais. Que novos papéis? Que novos paradigmas marcam a relação das instituições culturais com os públicos em contexto digital?

A segunda parte do livro (*Ideias sobre Participação a Partir do Terreno*) reúne um conjunto de reflexões mais centradas na prática. Tem início com o texto de Pedro Homem de Gouveia “Dez Ideias Feitas Sobre Participação” (cap. 7), que desconstrói alguns dos equívocos acerca do que se entende por participação, dos seus objectivos, os moldes em que se pratica, sublinhando em particular o alcance positivo que um processo participativo rigoroso e bem desenhado pode ter para as instituições que o promovam. Para o autor, participação significa “tomar parte” do processo de tomar decisões, e avança: «O que está em causa com a participação (...) não é tanto *revolucionar* a maneira como tomamos decisões, mas sim assumir e *racionalizar* a partilha do poder decisório» (pág. 84). Trata-se de uma visão pragmática que condensa algumas das principais problemáticas acerca do desenho de processos participativos, que pela abstracção das ideias enunciadas se revela útil e potencialmente aplicável a qualquer área.

Os seis textos seguintes têm por base projectos específicos na área da música, dos museus, do teatro, da arte e da arqueologia, nos quais diferentes níveis de participação foram experimentados (ou estão a ser experimentados). Mais do que uma descrição dos projectos, pretendeu-se um exercício de auto-reflexão acerca das abordagens assumidas, dos resultados alcançados, das vantagens e das desvantagens, e das aprendizagens que se geraram para os envolvidos, quer das instituições, quer das pessoas de fora dessas instituições.

O texto de Miguel Sobral Cid (cap. 8) discorre sobre o projecto “Concertos Participativos”, uma iniciativa do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian, que, desde 2014, proporciona a um público não especialista a experiência de participar na interpretação de um dado repertório artístico,

juntamente com profissionais do coro e da orquestra da Fundação. O autor esclarece que o público não é envolvido no processo de decisão acerca dos moldes em que se concretiza o projecto, mas considera a iniciativa eficaz do ponto de vista do aprofundamento proporcionado a quem participa da experiência individual no universo musical.

Neste conjunto de textos, destacam-se duas experiências no campo dos museus que partilham o mesmo pressuposto: uma abordagem de proximidade junto das comunidades e de grupos locais como eixo central da sua actividade. O primeiro refere-se ao trabalho desenvolvido a partir do Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti (Setúbal), cuja actividade se sistematizou desde 2007. Como explica a autora, Maria Miguel Cardoso (cap. 9), a consulta às pessoas, aos grupos e às comunidades é um processo que molda a actividade deste museu, nomeadamente através da recolha de histórias de vida e de testemunhos ligados a temas locais. A consulta à população é igualmente promovida ao nível da interpretação de fotografias históricas, cujos contributos se revelam fundamentais para compreender a história da cidade e, porventura, suscitar o debate sobre identidades e memórias colectivas através do confronto com o passado e o presente e as mutações ocorridas na paisagem. Por outro lado, este caso mostra bem como o diálogo entre o conhecimento leigo e o conhecimento científico pode fundamentar práticas de benefício mútuo. Com efeito, esta abordagem não é nova no mundo dos museus (cf. Peers e Brown 2003; Watson 2007), mas em Portugal os passos neste sentido são ainda pontuais.

O segundo caso relativo a museus é apresentado no texto de Emanuel Sancho (cap. 10) sobre o Museu de São Brás de Alportel, no Algarve. Nos últimos anos, o museu tem apostado na construção de parcerias locais, convidando as diferentes associações envolventes (culturais, sociais, desportivas, etc.) a usar o espaço do museu como arena para os seus próprios eventos. A abordagem subjacente corresponderá à ideia de transformar o museu num local de encontro, promovendo o uso social dos seus

espaços para criar uma comunidade de utilizadores mais diversa (Gurian 2006). Este caso é de certa forma paradigmático da discussão sobre as fronteiras dos museus e em que medida estes se distinguem de outro tipo de organizações culturais. O desafio nestes casos prevalece em acertar uma abordagem que seja moldada pela missão e objectivos do museu e, ao mesmo tempo, negociada e permeável aos interesses de diferentes grupos.

No cap. 11, Joana Rodrigues reflecte sobre o contributo do projecto “As Comédias do Minho” para o desenvolvimento cultural das comunidades e da região do Vale do Minho. O projecto é gerido por uma associação constituída inicialmente por cinco municípios (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira), revelando a importância de uma cooperação activa e articulada entre instituições que partilham o interesse de promover o acesso à cultura. Com 13 anos de existência, afirma-se como projecto cultural assente numa relação de proximidade que tem em conta as necessidades locais e a realidade socioeconómica da região. Esta relação de proximidade afirma-se ainda no desencadear de dinâmicas de teatro amador, na construção de uma rede de colaboradores locais e na criação de uma programação que sai com frequência dos espaços mais institucionalizados e centrais para acontecer também nas aldeias e em espaços públicos informais. A programação inclui ainda espectáculos comunitários que contemplam o envolvimento das populações.

Pedro Ferreira, no cap. 12, dá voz ao projecto “Guimarães noc noc”, evento de apresentação informal de obras de artistas portugueses e internacionais, que se realiza anualmente desde 2011 em Guimarães, no primeiro fim-de-semana de Outubro. A ideia surgiu no contexto da preparação da Capital Europeia da Cultura (2012), afirmando-se como proposta alternativa a uma programação mais institucionalizada, pensada de cima para baixo. “Guimarães noc noc” é uma iniciativa que vem da própria comunidade de artistas (associação cultural Ó da Casa!), beneficiando uma comunidade mais alargada de artistas ao possibilitar-lhes um espaço de apresentação, mas também com consequências para a população local,

seja na qualidade de visitantes/consumidores, seja do ponto de vista do dinamismo económico que o evento pode desencadear.

Uma outra proposta proveniente do tecido associativo é a de José Francisco (cap. 13). O autor defende a participação das comunidades na área da arqueologia, através da recém-criada Associação de Fronteira para o Desenvolvimento Comunitário (RIBACVDANA) com sede em Figueira de Castelo Rodrigo (Distrito da Guarda). O projecto a ser implementado reclama a aplicação de uma arqueologia comunitária, no qual os projectos a desenvolver terão em conta o diálogo com as populações locais e o seu envolvimento.

Na terceira e última parte da publicação (*Consolidando Práticas de Participação*), optámos por reflectir sobre duas experiências em formato de entrevista. Duas experiências diversas, quer do ponto de vista do campo de actuação – uma na área do teatro, outra na área dos museus –, quer na forma – uma refere-se ao trabalho desenvolvido por uma companhia de teatro americana ao longo de 40 anos, a outra refere-se a um projecto específico que junta desde 2012 oito museus britânicos na promoção de um compromisso comum: integrar a participação. Talvez não pudessem ser experiências mais diferentes, porventura incomparáveis. No entanto, encontramos um eixo comum de princípios que vale a pena realçar. Ambas as organizações focadas, o Roadside Theater e os oito museus no contexto do projecto *Our Museum*, têm como fio condutor o exercício de uma actividade que é permeável às necessidades das comunidades que estão na sua proximidade e o pressuposto de que o diálogo entre instituição e comunidades enriquece ambas as partes. A respectiva programação artística e museológica tem subjacente um compromisso partilhado, em que as comunidades têm um papel activo no processo de decisão. Por outro lado, em ambos os casos a participação e o envolvimento das comunidades está no centro da sua missão. Não obstante, este posicionamento é também revelador de que a participação implica uma transformação das instituições, incluindo mudanças significativas ao nível organizacional, ao nível das

metodologias e das competências. Além disso, os dois casos demonstram o benefício que tem a avaliação (continuada) do impacto dos respectivos projectos, em particular no seio das próprias organizações como elemento fundamental para a definição de práticas subsequentes.

Com efeito, na entrevista de Maria Vlachou (cap. 14), o testemunho de Jamie Haft relativamente à companhia Roadside Theater é indicativo de um projecto cultural consolidado no tempo e com provas dadas de sucesso quanto à abordagem desenvolvida em prol do desenvolvimento cultural das suas comunidades. Esta companhia tem como base a zona dos Apalaches e é uma das poucas companhias profissionais rurais nos Estados Unidos. Como é sublinhado na entrevista, a companhia de teatro «procura envolver as pessoas na descoberta dos seus activos locais, acreditando que a esperança vem quando as comunidades estão empenhadas no seu auto-desenvolvimento e se concentram na amplitude e profundidade dos seus activos intelectuais, emocionais e espirituais» (pág. 136). Algumas das iniciativas desenvolvidas pela companhia, e dadas como exemplo, evidenciam de forma clara de que maneira a criação artística pode ajudar as pessoas a sentirem-se mais capacitadas a intervir em questões locais e globais. Em certa medida, o impacto do Roadside Theater fica patente nas estatísticas que denotam que a sua programação chega a um público diversificado, ou seja, mais representativo da composição sociodemográfica da população, contrariando assim as estatísticas nacionais para organizações similares que concluem que os públicos são na sua maioria escolarizados, brancos e de elevado perfil socioeconómico.

Por sua vez, a entrevista de Ana Carvalho a Piotr Bienkowski (cap. 15), director do *Our Museum*, dá conta do racional do projecto e dos seus avanços. A iniciativa juntou oito museus britânicos de diferentes tipologias e geografias com um objectivo comum: iniciar um processo de mudança organizacional que permitisse que as práticas participativas se tornassem parte integrante da vida desses museus. Isso significou a procura de soluções concretas para as barreiras que subsistem nesta

área (veja-se cap. 3), soluções que foram equacionadas caso a caso e à medida de cada museu, demonstrando que, efectivamente, não há uma receita que possa ser aplicável a todos os casos.

Uma das constatações de onde partiu a ideia de criar o *Our Museum* foi que, apesar dos desenvolvimentos nesta área, muitos dos projectos com as comunidades realizados por museus no Reino Unido não haviam gerado participação genuína, além da sua condição de projectos dependentes de financiamentos pontuais e, como tal, vulneráveis face à redução de meios nos museus nos últimos anos. À semelhança de outros países europeus, a crise económica pós 2008 trouxe consequências para os museus britânicos, em particular desde 2010 com o governo de coligação liderado por David Cameron, ao impor medidas de contenção da despesa pública nos museus.² Um relatório da Museums Association concluiu que os museus nacionais sofreram cortes na ordem dos 15%, enquanto cortes mais variáveis foram aplicados em museus locais e *independent museums*³ (Newman e Tourle 2011). Na sequência da redução de meios financeiros, foram eliminados postos de trabalho, horários de abertura reduzidos e retraiu-se a oferta programática, nomeadamente as iniciativas fora dos museus e nas comunidades (*outreach*). Em Portugal não dispomos de dados sistematizados, mas há ecos de um recuo significativo em termos de recursos humanos e financeiros nos museus. Inevitavelmente, a redução de recursos compromete aqueles projectos que antes se desenvolviam ao abrigo de programas especiais de financiamento. Todavia, não era objectivo do *Our Museum* mudar as regras das políticas públicas de financiamento, mas

2 É de assinalar que a inclusão social foi assumida como directiva central nas políticas culturais britânicas durante o ciclo trabalhista (1997–2010), ciclo que se revelou favorável à criação de projectos de formação de novos públicos e de envolvimento de comunidades diversas (Wilkinson 2014).

3 No Reino Unido, a categoria *independent museums* abrange museus que não são apoiados pelo Estado, de pequena ou de grande dimensão, que são geridos por voluntários ou como *charitable trusts*. Estes museus tiveram um rápido crescimento na década de 1960, surgindo em estreita ligação com movimentos de preservação do património e abrangendo novas áreas, como a arqueologia industrial, a história dos transportes e a vida rural. Estão desde 1977 organizados sob a alçada da Association of Independent Museums (AIM) (Camacho 2015).

sim mudar a cultura dos museus: que o trabalho participativo se tornasse central, integrado, sustentável e menos em risco de ser marginalizado quando tranches específicas de financiamento público terminam. Mas como assegurar a continuidade dos projectos? Que modelos de gestão são favoráveis à sustentabilidade do trabalho participativo nos museus? No programa *Our Museum* argumenta-se que tornar a participação estruturante da actividade dos museus do ponto de vista da sua missão e da cultura organizacional significa também gerir os orçamentos e os recursos existentes em conformidade. Piotr Bienkowski sugere pelo menos duas possibilidades complementares. Uma delas é a que o autor chama de estratégia “Robin dos Bosques”, em que, pela sua alta prioridade para o museu, as iniciativas que visam a participação e que não geram receitas ou causam prejuízo sejam suportadas pelas receitas geradas por outras actividades do museu. A outra possibilidade consiste no desenvolvimento de propostas pensadas conjuntamente, entre os museus e os parceiros na comunidade, para que, de forma igualmente colectiva, sejam equacionadas formas de angariação de fundos para assegurar a sua concretização.

Ainda sobre o *Our Museum*, uma última nota para destacar o seu papel inovador ao propor uma dupla dinâmica nos museus implicados, isto é, uma postura proactiva no desencadear de mudanças organizacionais e operativas concretas, que são, por sua vez, acompanhadas de um processo de auto-reflexão (e também de avaliação externa) que alimenta o processo no seu conjunto e estimula novos desenvolvimentos.

Não foi nosso objectivo fazer um diagnóstico exaustivo do ponto em que se encontram as instituições culturais em matéria de modelos e práticas de participação, nem tão pouco se esgotaram todas as questões que o tema suscita, no entanto, entendemos que ficaram lançadas algumas pistas de reflexão. Por outro lado, elevar este tema como problemática que atravessa diferentes instituições e espaços culturais permitiu, em nosso entender, perspectivar um quadro comum de problemas e desafios, mas, acima de tudo, antevê caminhos de actuação partilhados.

Referências

- Alivizatou, Marilena. 2012. *Intangible Heritage and the Museum: New Perspectives on Cultural Preservation*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Camacho, Clara Frayão. 2015. *Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia*. Estudos de Museus, 2. Lisboa: Caleidoscópico.
- Golding, Viv, e Wayne Modest, ed. 2013. *Museums and Communities: Curators, Collections and Collaboration*. London: Bloomsbury.
- Gurian, Elaine Heumann. 2006. "Function Follows Form: How Mixed-Used Spaces in Museums Build Community, 2001." In *Civilizing the Museum: The Collected Writings of Elaine Heumann Gurian*, 99–114. London: Taylor & Francis.
- Junior, José Nascimento, Alan Trampe, e Paula Assunção dos Santos, org. 2012. *Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo*. Vol 1 e 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.
- Newman, Kathryn, e Paul Tourle. 2011. *The Impact of Cuts on UK Museums: A Report for the Museums Association*. [London]: Museums Association.
- Peers, Laura, e Alison Brown. 2003. *Museums and Source Communities: A Routledge Reader*. London: Routledge.
- UNESCO. 2015. *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade*. Paris: UNESCO.
- Vlachou, Maria. 2013. "Building a Family: Lessons from the Social Sector." In *Musing on Culture: Management, Communications and Our Relationship with People*, 73–75. Lisbon: Bypass Editions.
- Watson, Sheila, ed. 2007. *Museums and their Communities*. London: Routledge.
- Wilkinson, Helen. 2014. "Negotiating Change: Curatorial Practice in UK Museums 1960–2001." PhD Museum Studies, University of Leicester.